

MANIFESTO CONTRA O FECHAMENTO DO COMÉRCIO LISTA DE REIVINDICAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2021.

A Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS, sempre em defesa do empresariado mineiro, e as Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais **manifestam total desacordo quanto ao iminente fechamento do comércio no estado para as atividades não essenciais, decorrente do aumento do número de casos de Coronavírus.**

Diante das notícias recentes, dando conta do provável retrocesso quanto à flexibilização das medidas de afastamento social (impostas pela pandemia do novo Coronavírus) e retomada das economias regionais, no dia 08 de janeiro de 2021, reuniu-se virtualmente o Presidente da FEDERAMINAS, com mais de cem Presidentes de Associações Comerciais e Empresariais de cidades mineiras, contando ainda com a participação de representantes do Governo Estadual.

Naquela oportunidade, após intensas discussões acerca da temática suscitada, foram compiladas demandas e sugestões então apresentadas e exaustivamente debatidas, as quais deram origem ao presente Manifesto.

A FEDERAMINAS, como representante do empresariado Mineiro, mantém posicionamento absolutamente contrário a qualquer medida que venha a impor a suspensão das atividades do comércio, como tem sido promovido pelas autoridades competentes.

Consideramos que essa ação prejudica, sobremaneira, as atividades econômicas no Estado de Minas Gerais, acarretando o colapso e, conseqüentemente, o fechamento definitivo das empresas, trazendo grandes prejuízos a todos.

Temos a convicção de que os setores de comércio e serviços não são os vilões da pandemia, e sim as pessoas que desrespeitam os protocolos de segurança sanitária, promovendo aglomerações e até mesmo festas. Por isso, a atenção do estado deveria estar voltada para maior fiscalização e punição dessas pessoas.

Temos trabalhado arduamente em conjunto com as mais de 300 (trezentas) Associações Comerciais em atuação por toda Minas Gerais, sempre dispostos a dialogar e colaborar com o poder público para preservar vidas, garantir a saúde da economia, das empresas e a manutenção dos empregos.

A imposição de suspensão das atividades econômicas se mostra como um remédio amargo diante da inoperância da máquina pública, que se omite em fiscalizar de forma eficiente o cumprimento das medidas de afastamento social com imposição de penalidades adequadas e repassa aos empresários os ônus de sua ineficiência.

Para tanto, de acordo com levantamentos realizados durante nossa última reunião, no dia 08/01/21, formalizamos neste documento nossas reivindicações e proposições:

PLANO “MINAS CONSCIENTE”

1. Necessidade de alterações e renovações do Plano “Minas Consciente” para atender as demandas empresariais.

ÂMBITO FISCAL, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

1. Liberação de verbas pelo Governo Federal para os Estados;
2. Contingenciamento do ICMS para pagamento do imposto ao final da pandemia;
3. Implementação de um Novo REFIS contemplando as empresas optantes pelo Simples Nacional;

4. Estabelecimento de novo programa de regularização para débitos relativos a tributos estaduais, com parcelamentos mais alongados e possibilidade de reenquadramento dos contribuintes que porventura tenham sido excluídos de parcelamentos fiscais;
5. Que o Governo do Estado de Minas Gerais busque, junto ao CONFAZ na próxima reunião a ser realizada no mês de fevereiro de 2021, autorização para implementação de parcelamento, conforme acima exposto.
6. Criação de uma linha de crédito subsidiada (BDMG e PRONAMP, por exemplo) para os empresários;
7. Suspensão das autuações e procedimentos por parte da Secretaria de Estado de Fazenda.

COMÉRCIO

1. **Defendemos o Comércio aberto.**
2. Extensão do horário de funcionamento do Comércio em substituição às medidas relativas a seu fechamento, seguindo todos os protocolos de segurança sanitária. Essa medida visa evitar aglomerações, uma vez que as pessoas poderão programar seus horários de saídas.

BANCOS

1. Extensão do horário de funcionamento dos bancos, visando diminuir as grandes filas e aglomeração constante de pessoas.

AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS E DESCUMPRIMENTO DE REGRAS SANITÁRIAS

1. Maior fiscalização dos estabelecimentos, evitando assim o descumprimento dos protocolos de segurança sanitária, com aplicação de multas.
2. Manutenção de processos e procedimentos de Fiscalização constantes e eficiente e punições mais severas para aqueles que forem reincidentes no descumprimento das regras.
3. Fiscalização e multas para aqueles cidadãos e responsáveis que estiverem promovendo aglomerações, festas e eventos ainda que particulares.
4. Fiscalização e multas para pessoas que não estiverem usando máscaras nas ruas e em estabelecimentos comerciais.
5. Proibições de festas em sítios e áreas de eventos. Maior fiscalização e punição para os responsáveis.

TRANSPORTE PÚBLICO

- 1 Redução do intervalo entre as viagens no transporte público evitando aglomeração e excesso de lotação dos veículos.

ACADEMIAS

1. Manutenção do funcionamento das academias, observada a necessidade de manutenção de atividades que promovem a saúde e reabilitação de pacientes no pós-Covid.
2. Extensão do horário de funcionamento das academias para evitar aglomerações.

EDUCAÇÃO

1. Reabertura das escolas e faculdades em fevereiro, com definição de medidas e protocolos de segurança sanitária específicos.

SELO DE CERTIFICAÇÃO DO COMÉRCIO

1. Criação de um selo para certificar os bons empresários que seguem todos os protocolos de segurança.

CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

1. Criação de um Programa de Conscientização da população, quanto ao respeito aos protocolos de segurança sanitária e à preservação da vida.
2. Criação de um Programa de Conscientização voltado, exclusivamente, para as juventudes, visando à valorização e proteção à vida.

Com tais considerações, solicitamos ao Governo o sólido compromisso com o nosso pleito para inserção das reivindicações em seus programas de orientações e controle da pandemia, adotando ainda postura efetiva em relação às ações de ordem executiva ou operacional.

Acreditamos que devemos nos unir a essa causa, uma vez que o atendimento às nossas demandas garantirá o equilíbrio entre a preservação da vida e a manutenção do ciclo produtivo e econômico por meio das políticas públicas estaduais. Por isso, contamos com a ação urgente de Vossa Excelência.

Respeitosamente,



Valmir Rodrigues da Silva

Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais